

## IMPÉRIO E CONFSSIONALIZAÇÃO EM GOA (SÉCULOS XVI E XVII)

XAVIER, Ângela B. *A invenção de Goa: poder imperial e conversões culturais nos séculos XVI e XVII*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2008. 498 p.

A *invenção de Goa*, versão modificada da tese homônima, defendida por Ângela Barreto Xavier, no Instituto Europeu de Florença, é um livro que desperta grande interesse, a começar pelo intrigante título que, diga-se logo, corresponde inteiramente à ideia central da obra, que consiste em mostrar como Goa foi culturalmente inventada por portugueses, indianos e mestiços, no decurso de um longo processo no qual as conversões culturais, incentivadas pelo poder imperial, contribuíam para assentá-lo e reforçá-lo.

A autora inicia o livro reportando-se a um tratado escrito pelo padre Antonio João de Frias, em 1702. Para o clérigo, as nações indianas deviam aos lusitanos o conhecimento que tinham da Fé, na medida em que eles haviam aberto caminho para a pregação do Evangelho naqueles Estados. Trata-se de *topos* conhecido, mas que se reveste aqui de uma importante peculiaridade: seu autor é um padre indiano. Frias parece, assim, ter inte-

rriorizado o discurso segundo o qual “o Ocidente se concebeu a si mesmo como o agente libertador e racionalizador de outras geografias” (p. 18). Tratar-se-ia do exemplo acabado de conversão cultural e adesão ao império, não fosse pelo fato de que, ao identificar a si próprio como agente libertador de outras geografias, Frias e aqueles que viriam depois dele provocariam uma perturbação na ordem imperial. Ora, ao se tornar demasiado semelhante ao colonizador, o colonizado parecia quebrar hierarquias e diferenças, produzindo reações que colocavam a nu a não coincidência de perspectivas entre metrópole e colônia.

Também na introdução, a autora fornece importantes chaves para o entendimento de suas opções interpretativas. Para aqueles que procuram sempre associar um autor ou uma obra a determinada corrente de pensamento, o livro pode provocar certo estranhamento. Xavier toma distância de uma *history from below* ou de

uma *histoire des vaincus*, referindo-se a essas e a outras correntes historiográficas nos idiomas de seus proponentes originais. Sem deixar de reconhecer que elas inspiram algumas de suas ideias, aponta para os limites de uma visão que continua a ter, nas dicotomias dominante/dominado, colonizador/colonizado, a base de seu argumento. Para Ângela Xavier, a realidade com que o historiador se defronta é bem mais complexa, a começar pelo fato de que há setores das populações “subalternas” que se tornam conscientemente parte do poder e, muitas vezes, são participantes comprometidos com esses processos. No fundo, tais dicotomias seriam bem menos rígidas. A autora é clara ao afirmar o pressuposto de que não pode haver processos duráveis de dominação sem consentimento das populações dominadas. Nesse sentido, ela se inspira numa leitura foucaultiana das relações de poder na sociedade. Mas seria um equívoco etiquetar, desse modo, o presente estudo, pois a autora busca um diálogo com várias outras correntes interpretativas. A inspiração de autores como Serge Gruzinski, Sanjay Subrahmaniam, seja através da ideia de colonização do imaginário, seja pelas *connected histories*, é clara. Do mesmo modo, ela assume sua dívida para com os *cultural studies* e os *post-colonial studies* de matriz anglo-saxônica, bem como em relação aos estudos de Paolo

Prodi, Adriano Prosperi e vários outros historiadores europeus, que têm mostrado a interdependência dos poderes político e religioso nas monarquias europeias modernas. Na introdução, já fica patente a grande erudição bibliográfica da autora, que é ratificada a cada capítulo do livro. Contudo, pode-se lamentar a ausência de diálogo com os importantes estudos de Jean-Philippe Genet sobre a gênese do Estado moderno na Europa, tanto mais que eles estão em perfeita sintonia com algumas das preocupações centrais de Ângela Xavier neste seu livro.

O primeiro capítulo, intitulado “Reforma do reino, reforma do império”, é uma chave importante para a compreensão do livro, pois se trata aqui de uma clara opção em estabelecer os vínculos entre o pensamento reformador europeu, e o português em particular, com as políticas que serão conduzidas no Império, em especial na Índia. Deve-se, igualmente, sublinhar que o título indica a opção da autora, que prefere o conceito de reforma àquele de crise, que foi largamente usado para se referir à conjuntura de meados do século XVI. Os objetivos de uma política de confessionalização que aparecem claramente na Europa do século XVI, onde o princípio *cuius regio eius religio* demonstra, para as diferentes monarquias cristãs, católicas e protestantes, a necessidade de cristianizar as suas

populações, são igualmente perceptíveis numa escala imperial. Nesse caso, entretanto, a confessionalização poderia ganhar contornos ainda mais dramáticos, pois da conversão dos povos dependeria a viabilização do próprio projeto de manutenção dos portugueses naqueles territórios. Como diria um testemunho da época, evocado por Ângela Xavier, as disputas confessionais na Europa, entre cristãos e protestantes, eram pouco ou quase nada diante do que estava em jogo na Índia (pp. 84-85). O tema da conversão ocupa todo o segundo capítulo do livro. Com maestria, ela conduz o leitor a refletir sobre alguns momentos cruciais da política de conversão, empregada pelas autoridades civis e eclesiásticas lusitanas na Goa quinhentista. É muito instigante o modo como a autora busca estabelecer pontes entre o que ocorre em Goa e noutras áreas de domínio ibérico, em particular na América espanhola. O uso que faz de trabalhos de Serge Gruzinski, Carmen Bernand, Nathan Wachtel e outros contribui para demonstrar o quanto a compreensão do processo de colonização/conversão em Goa, mas também noutras partes, tem a ganhar quando se procede a uma comparação com realidades de uma mesma época, embora geograficamente distantes. Nesse caso, entretanto, a própria autora lembra que há um *modus* ibérico a unir todas essas experiênci-

as. Podemos até lamentar que ela não tenha investido um pouco mais no caminho dessas comparações. Teria sido interessante, por exemplo, comparar a mudança dos discursos que passam de uma visão otimista em relação às populações das Índias ocidentais e orientais, para outra marcada pelo pessimismo. Mas, é preciso reconhecer que esse desejo do resenhista em nada altera a percepção de que o problema foi tratado de modo rigoroso e convincente pela autora. Tanto mais que ela soube explorar muito bem a diversidade apresentada no próprio contexto local, que era bem menos homogêneo do que pintaram as interpretações orientalistas. Como bem demonstrou, essa diversidade revelava uma multiplicidade de experiências que deveriam servir como filtros para a percepção, recepção e digestão das ideias e das práticas dos portugueses.

O terceiro e o quarto capítulos continuam a explorar o terreno da conversão e da cristianização das gentes, buscando perceber as diferentes estratégias e os dispositivos utilizados nessa empresa, em particular por franciscanos e jesuítas. Aqui, mais uma vez, a autora dá mostra de uma compreensão extremamente abrangente e atenta às nuances, ao lembrar que também no campo dos agentes da colonização/cristianização não havia homogeneidade. Franciscanos e jesuítas, embora compartilhas-

sem da mesma fé católica, não tinham necessariamente a mesma percepção do mundo. Encarnavam diferentes formas de sentimento religioso que levaria a cada uma dessas famílias religiosas a adotar estratégias próprias de missionação, de conversão/cristianização das gentes. Essas práticas terminaram por construir maneiras particulares de viver a religião por parte das populações cristianizadas, fornecendo, assim, importantes pistas para o entendimento da diversidade do comportamento religioso e político, segundo o contexto local.

A autora não se descuida de apresentar a multiplicidade dos dispositivos utilizados no processo de conversão/cristianização, tendendo, sempre, a demonstrar a interdependência entre eles, fossem de natureza política, religiosa ou assistencial. Sobre a força do poder assistencial e as pontes estabelecidas entre conversão e caridade, aliás, o capítulo 4 tem páginas extremamente ricas e que denotam como o interesse/necessidade material pode também contribuir para que grupos façam ou deixem de fazer determinada opção religiosa. O mesmo tipo de análise será retomado no capítulo 5, para demonstrar que, aqui e acolá, ao sabor dos contextos histórico-culturais, grupos sociais poderiam fazer prova de grande pragmatismo em suas escolhas religiosas e no modo como aderiam à nova cultura dominante. Bom exem-

plo disso é o caso das famílias que teriam pedido aos jesuítas para forçarem, explicitamente, a sua conversão, a fim de que seus membros se pudessem livrar das severas punições reservadas pelos tribunais de casta àqueles que transgrediam as práticas que o seu estatuto comportava (p. 311).

Os capítulos 5 e 6 operam uma guinada importante no livro, ao fixar o olhar para os significados da conversão cultural do ponto de vista das populações de Goa e de seus arredores. Se, até o capítulo 4, a obra procura, sobretudo, desvendar os mecanismos de enquadramento dos povos que atuaram para a cristianização, bem como para o estabelecimento de uma ordem imperial, nos capítulos seguintes, a autora concentra sua atenção sobre os motivos que poderiam ter levado à adesão de grupos locais àquele processo de conversão cultural ou, noutros casos, a lhe oferecerem resistência.

É notável a maneira como Ângela Xavier procura observar a sociedade goesa a partir de múltiplos ângulos. Ao longo dos capítulos 5 e 6, ela dá sobejas demonstrações da interdependência e da imbricação entre o religioso, o político e o contexto sociocultural, deixando claro que o processo de colonização/cristianização não tem nada de linear ou homogêneo, tampouco trata-se de um processo que possa ser explicado a partir de

dicotomias simplistas. Como ela mesma afirma, em Goa assiste-se “à transversalidade de interesses, ao agrupamento e realinhamento de estratégias. No tempo, no espaço físico, no espaço social e religioso” (p. 375). De modo engenhoso, esses capítulos procuram mostrar a diversidade dos caminhos trilhados em direção à conversão cultural por diferentes grupos sociais que habitavam Tiswadi, Bardez, Salcete e Chorão. A autora atenta para os mal-estares, as resistências e as contemporizações suscitados em diversos espaços e momentos, buscando explicá-los sempre à luz de condicionantes históricos, políticos, religiosos e socioculturais. Nota-se que, invariavelmente, os processos de conversão foram influenciados pelos contextos socioculturais que antecediam a dominação lusitana. Emerge das análises de Ângela Xavier a constatação de que a adesão à nova fé, frequentemente, representou a oportunidade de ascensão social para um grupo subalterno na ordem anteriormente existente. Noutros casos, sobretudo quando as elites locais perceberam como vantajosa a adesão aos colonizadores, significou a possibilidade que elas tinham de conservarem seu lugar social. A autora mostra bem a força dessa sensibilidade pragmática entre as populações locais, sem, entretanto, deixar de perceber que, conforme o tempo ia passando, muitos dos que, se con-

verteram por pragmatismo terminariam por, efetivamente, se cristianizar.

E é justamente por conta do sucesso dessa política de conversão cultural entre diversos grupos que habitavam Goa – sucesso, bem entendido, do ponto de vista dos objetivos da política imperial – que o último capítulo do livro retoma e amplia os problemas suscitados pelo discurso lusitano/cristão, adotado por indianos, como o padre Antonio João de Frias. Evidencia-se o modo como essas elites buscaram reinventar a memória de seus grupos, a partir dos pressupostos cristãos aos quais tinham aderido. Isso não se fazia sem problemas, pois, como já foi dito, a identificação com o colonizador produzia instabilidades na ordem imperial, na medida em que setores das elites lusitanas não podiam admitir sua completa semelhança com os locais, fossem eles indianos ou mestiços. De modo mais transversal, os discursos de diferentes autores indianos do século XVII apontam também para a subsistência de clivagens e conflitos sociais, que antecediam a chegada dos portugueses, bem como para novas rivalidades criadas após a colonização lusitana. Para Ângela Xavier, esses autores indianos, cristãos do século XVII, demonstram uma clara consciência de que a conservação do poder social estava intimamente relacionada à capacidade de impor uma determinada interpretação da história. Assim, por meio de trata-

dos escritos em português, crioulos, brâmanes e charodós procuraram construir suas autorrepresentações e travaram um verdadeiro *combate pela memória*.<sup>1</sup>

Construído com grande rigor metodológico, fundado em sólidas bases documentais e numa impressionante erudição bibliográfica, *A invenção de*

*Goa* é um livro incontornável para os que estudam a Ásia portuguesa na época moderna. Sua leitura é igualmente obrigatória para todo aquele que se interessa pela história do Império português e deseja compreender melhor as dinâmicas que proporcionaram, em diferentes partes, sua afirmação e seu desenvolvimento.

*Evergton Sales Souza*  
Universidade Federal da Bahia

---

<sup>1</sup> Brâmanes e charodós, ao lado de vanis, eram castas cristãs consideradas da classe superior na sociedade luso-indiana. Articulavam-se e relacionavam-se estreitamente com as castas hindus.